

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA**  
**CENTRO DE ESTUDO SUPERIORES DE PARINTINS – CESP**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO MACURANY: MANUAL AULA-CAMPO COMO RECURSO DIDÁTICO**

Acadêmico: Miguel Gabriel Maciel Ferreira<sup>1</sup>  
Orientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> Clarice Bianchezzi<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho apresenta uma proposta de utilização do Sítio Arqueológico Macurany, localizado no município de Parintins–AM, como espaço educativo por meio da elaboração de um manual de orientação destinado a professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio. A pesquisa analisa o potencial formativo da aula-campo no ensino de História, especialmente no contexto da educação patrimonial. A pesquisa se desenvolveu a partir de revisão bibliográfica, visita ao sítio e análise das possibilidades didáticas do espaço. Como resultado, produziu-se um manual de orientação com sugestões de atividades durante a aula-campo, além de informações históricas sobre o sítio e recomendações de preservação. O Sítio arqueológico Macurany, assim como outros sítios da região, possui grande valor educacional, podendo fortalecer a aprendizagem significativa e o vínculo dos estudantes com o patrimônio arqueológico amazônico, bem como a sua relação com a história indígena de longa duração.

**Palavras chaves:** Patrimônio Arqueológico; Sítio Arqueológico; História Indígena.

---

<sup>1</sup> Graduando do 8º período do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA. Email: gabrielferreiramg13@gmail.com

<sup>2</sup> Orientadora. Professora adjunta do colegiado de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos superiores de Parintins – CESP/UEA. Email: cbbianchezzi@uea.edu.br

## INTRODUÇÃO

O ensino de História tem buscado formas dinâmicas e significativas de promover a aprendizagem. Entre essas estratégias, as aulas foram de salas fechadas em campo e a educação patrimonial ganham destaque por possibilitarem o contato direto com elementos históricos e culturais, favorecendo experiências concretas que ampliam a compreensão dos conteúdos escolares.

Os diversos povos originários lutam por reconhecimento na sociedade, pois há perseguições, tentativas de apagamento de sua história ancestral. Lutam por suas terras que foram tomadas e ainda são, ou pelo não reconhecimento desses povos. E, através de estudos como esse, podemos criar, conhecer e valorizar a cultura e modos de vida, como forma de resistência e (re)existência dos povos originários na história local.

No município de Parintins–AM, o Sítio Arqueológico Macurany, representa um desses lugares que guardam vestígios arqueológicos que remontam a antigas populações indígenas da região, como exemplo, bosques de castanheiras (*Bertholletia excelsa*), Terra Preta Antropogênica (TPA), cerâmicas arqueológicas, valas arqueológicas. A partir da vivência e experiência no projeto de Extensão: “Na Trilha do Patrimônio arqueológico: educação patrimonial nas escolas”, houve a motivação para este artigo desenvolvido.

A investigação se desenvolveu a partir de revisão bibliográfica, *in locus* ao sítio e de possibilidades didáticas para Ensino de História e Patrimônio cultural do espaço local. Produziu-se um manual de orientação com sugestões de atividades para uma aula-campo ao sítio arqueológico, inspirados na experiência desenvolvida no Projeto de Extensão já mencionado, onde busca-se associar relações históricas, valorização da história indígenas na região e recomendações para preservação do patrimônio arqueológico.

Este manual de orientação foi elaborado para auxiliar professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio, tendo o Sítio Arqueológico Macurany, em Parintins, como um espaço educativo. Apesar de sua relevância, o sítio, que guarda importantes vestígios das antigas populações indígenas é pouco utilizado pelas escolas locais. Assim, o manual visa valorizar a História Indígena e a história local, transformando a

pesquisa em uma forma de resistência e reexistência contra o apagamento da presença ancestral destes povos na Amazônia, colocando o patrimônio arqueológico amazônico como mais um recurso para uma aprendizagem significativa em História.

O presente artigo, organiza-se da seguinte forma na primeira seção, discute-se a História dos povos indígenas e sua inserção no ensino de História. No tópico seguinte aborda-se a educação patrimonial e o patrimônio arqueológico, conceituando alguns desses vestígios presente na região amazônica. No último tópico apresentamos a proposta da aula-campo no sítio arqueológico Macurany como forma de aproximar a comunidade escolar do patrimônio arqueológico presente no próprio município. No Apêndice A, temos o manual elaborado para melhor orientar a aula-campo.

## **1. A HISTÓRIA INDÍGENA E ENSINO DE HISTÓRIA**

Após longos anos de apagamento da história dos povos indígenas nas diversas regiões do Brasil, passou a vigorar no país a lei nº 11.645/2008 que torna obrigatório o estudo da História e Cultura indígena no currículo da educação básica, tornando uma vitória e conquista para os povos originários. Essa lei tem contribuído para diálogos e pesquisas que buscam desmitificar uma história eurocêntrica - contada há séculos apenas pelos colonizadores, segundo Edson Silva (2012) essa lei possibilitará o estudo para conhecer e compreender a temática indígena, superando as desinformações e ignorância que faz com que haja estereótipos sobre os povos indígenas, respeitando-os nas reivindicações de seus direitos, garantindo que possam expressar-se socioculturalmente.

Ao analisarmos o contexto histórico da região amazônica, em relação a História Indígena, podemos perceber que quando os colonos invadiram esse território, prejudicou a fauna e flora, dizimando diversos povos originários em virtude da exploração da mão de obra forçada, violências, doenças e criando condições desumanas de vida. Segundo Medeiros e Santos (2019) ao se tratar da Amazônia na época da colonização, esse território estava delimitado pelo Tratado de Tordesilhas (1494) uma parte significativa competia à Espanha, e foi invadida por eles, observa-se um território demasiadamente agredido, pois sofreu impactos tanto na flora quanto os

indígenas que ali viviam há milênios em certo equilíbrio com o ambiente amazônico.

Não obstante, os povos originários ainda sofreram e sofrem tentativas de apagamento da sua história e presença ancestral em muitos locais na contemporaneidade. Em 1964, após o golpe militar no Brasil, o governo implementou uma política de Estado de integração forçada e de desenvolvimento econômico na região amazônica, ocasionando etnocídios, genocídios e violações dos direitos humanos. Ao que diz o documento da Comissão Nacional da Verdade (2014):

(...) A estrutura de repressão montada pelo Exército não poupou nem as populações indígenas da região. Documentos militares comprovam a presença do capitão Aluizio Madruga em Gorotire, terra dos índios Kayapo-Mebengokre, no mês de fevereiro de 1973. Contudo, o mesmo *modus operandi* utilizado com os camponeses só foi replicado em relação aos Aikewara, povo indígena do Pará, também conhecido como Suruí, que até hoje vive na região. Surpreendidos pela chegada do Exército, os Aikewara foram mantidos cativos em sua própria aldeia e submetidos às mesmas privações e torturas impostas aos camponeses, tanto no que diz respeito aos indivíduos como no que se refere à coletividade. (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 703)

Ao chegarem nas comunidades indígenas, mantinham em cativeiro, deixando-os sem comida e sem a liberdade de ir e vir, trazendo mortes, doenças, estupro e exploração da mão de obra. O documento sugere que haja uma demarcação das terras indígenas, como forma de reparação coletiva pelas violações de direitos humanos sofridas.

Ainda hoje é uma luta que se perpetua, e até o presente momento, ainda não houveram essas reparações por completo, pelo contrário, o Congresso Nacional do Brasil, recentemente, aprovou a lei que defende a tese do Marco Temporal, onde diz que os povos indígenas só teriam direito às terras que já ocupavam em 5 de outubro de 1988, data e ano da promulgação da Constituição Brasileira, negando a existência da presença dos povos originários no território brasileiro, antes de 1988. Uma forma de ignorar, negar e tentar apagar a História e as marcas deixadas por um número expressivo de povos indígenas no Brasil.

Assim, o intuito de trazer para as aulas de História, a História e cultura Indígena atrelado à educação patrimonial, cria condições de valorizar a história (antiga) e patrimônio local, contribuindo para recontar a história desses povos, sendo uma contribuição de resistência e (re)existência deles, compreendendo seus modos de vida

através do tempo.

A educação necessita buscar inovações didáticas e atualizações dos conhecimentos para desenvolver conteúdos importantes para as aulas de forma dinâmica, e, ao desenvolvermos a educação patrimonial nas escolas, podemos observar que há pouco conhecimento sobre os processos de vida e da cultura dos povos originários da região, conhecimentos esses que podem ser recontados a partir do patrimônio arqueológico, como fontes históricas importante nesse processo.

Conforme Braga (2024):

A arqueologia desempenha um papel fundamental na reinterpretação da história, especialmente, no que se refere a população indígenas. Através de vestígios materiais como habitações e artefatos, os arqueólogos conseguem traçar narrativas que revelam a rica vida social e cultural desses povos antes da chegada dos europeus. (Braga, 202, p.05)

Seguindo essa linha de raciocínio, ao implementarmos a educação patrimonial nas escolas, como possibilidade para que os alunos e professores possam construir pensamentos críticos sobre a contextualização dessa história a partir do patrimônio produzido por diversos povos originários, pode-se mostrar que no estudo, não traz somente os objetos, mas a dignidade das pessoas e, principalmente, nas histórias silenciadas, nas memórias desses sujeitos subalternizados (Gil, 2019). Além de fomentar uma aula em um espaço não formal de aprendizagem, garantirá uma aprendizagem satisfatória sobre o patrimônio arqueológico de Parintins, e sobre a história dos povos indígenas que aqui residiam, diretamente relacionada com a identidade amazônica.

Com a intenção de dar o devido espaço que a educação patrimonial precisa ter na educação básica, é necessário aprimorar os conhecimentos dos professores, para que possam abordar o tema em questão com mais propriedade. Ao produzirmos o material didático, o manual de aula-campo no sítio arqueológico, os alunos, professores e demais pessoas do município de Parintins, podem acessar, mesmo que brevemente, dados histórico/arqueológicos sobre existência dos sítios arqueológicos, contendo os principais vestígios destes povos nesta região amazônica.

## **2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

A educação patrimonial engloba todos os bens culturais presentes nas diferentes sociedades ao longo da História. O valor dos materiais arqueológicos está diretamente ligado às diversas culturas, costumes e práticas que compõem a herança cultural e ancestral de um povo (Florêncio; Clerot; Bezerra & Ramassote, 2014). Flávio de Lemos Carsalade (2015) destaca:

Bem (cultural patrimonial) é a unidade de preservação do Patrimônio Cultural. O bem, como indivíduo, é a substância de preservação concreta das coisas dotadas de significado patrimonial e que integra o rol do patrimônio coletivo, herança selecionada por um povo para referenciar e constituir um conjunto que atravessa a temporalidade de suas gerações (Carsalade, 2015, p. 1).

O patrimônio arqueológico existente no município de Parintins está amplamente distribuído. A sede da cidade é um grande sítio arqueológico, pois ainda abriga inúmeros vestígios produzidos ao longo de milhares de anos por diversos grupos indígenas que ocuparam este território. Entre os materiais arqueológicos mais recorrentes encontrados na Amazônia, destacam-se a cerâmica, a Terra Preta Antropogênica, os objetos feitos de rochas (líticos), as florestas de castanheiras e as valas arqueológicas.

A cerâmica é um dos vestígios mais frequentes, mas muitas vezes esse material aparece em grande quantidade porque era produzido a partir da argila encontrada às margens de rios e lagos. Os povos originários produziram diferentes recipientes, vasos, estatuetas, chocalhos, etc. Cada grupo indígena desenvolveu seu próprio estilo cerâmico, com decoração, grafismo, modelado de acordo com sua relação com o território, natureza, seres da floresta. A coloração da argila pode variar bastante devido aos pigmentos naturais e componentes adicionados a argila para tornar o barro mais maleável para a confecção de tigelas, potes e urnas funerárias. As decorações também mudavam de um povo para outro, com pinturas nos vasilhames, desenhos, apliques com rosto de animais e humanos.

Um fator importante na grande quantidade de cerâmicas encontradas hoje é que, ao migrarem para outros lugares, muitos desses grupos deixavam para trás seus utensílios. Assim, grande parte dessas peças foram preservada, ao longo do tempo, ao ficarem enterradas pelo próprio solo de Terra Preta Antropogênica.

A Terra Preta Antropogênica, também chamada de Terra Preta de Índio- TPI, é um vestígio muito comum na região, assim como a cerâmica. Geralmente, quando se encontram fragmentos cerâmicos, eles vêm acompanhados dessa terra escura, que contribui para a preservação dos materiais ao longo dos anos. É importante destacar que o solo típico da Amazônia é o latossolo, de coloração amarelada e pobre em nutrientes. Por isso, a terra antropogênica se diferencia por ser resultado direto das atividades humanas. Pois:

[...] a contribuição dos povos indígenas para a formação desse solo foi conhecida há muito tempo. [...] Os arqueólogos também chamam este solo de terra preta antrópica. A palavra antrópica significa que sua origem é resultado da ação humana. As terras pretas antrópicas formaram-se perto das antigas moradias. O solo ficou diferente por conter restos dos materiais orgânicos que apodreceram. Os restos de comida se juntaram com cinzas de fogueiras, telhados e outros lixos que resultaram das ações humanas. (Shock; Py-Daniel; Carneiro, 2017, p. 29).

A TPA constitui um vestígio de grande relevância, por ter sido formada a partir de resíduos orgânicos deixados pelas antigas populações. Considerando, o longo período para que esse tipo de solo se forma-se, costuma-se adotar a estimativa de que para cada 10 centímetros de terra antrópica correspondem, aproximadamente, a 100 anos de ocupação humana.

As castanheiras (*Bertholletia excelsa*), ao contrário de muitas outras espécies de árvores, apresentam uma característica singular: elas não produzem frutos propriamente ditos, mas sim sementes contidas em ouriços lenhosos que não se abrem naturalmente quando amadurecem. Para que essas sementes sejam liberadas, é necessária a ação de agentes externos. Apenas dois seres conseguem abrir o ouriço: as cutias (roedores caviomorfos) e o ser humano.

Embora as cutias consigam romper o ouriço e retirar as sementes, elas não plantam de forma intencional. Durante sua alimentação, costumam enterrar algumas sementes para consumir mais tarde, mas acabam esquecendo o local exato onde as escondem, permitindo que novas castanheiras germinem espontaneamente. Ainda assim, essa atividade das cutias não é suficiente para formar grandes concentrações de castanheiras, pois a espécie necessita de alta incidência de luz solar nos primeiros quinze anos de crescimento. Assim, a intervenção humana assume um papel

fundamental capaz de criar condições adequadas para o desenvolvimento extensivo desses bosques.

Dessa forma, perto dos assentamentos humanos, em possíveis áreas de roçados, podem ter sido usadas no passado como locais de plantio de sementes de castanheira, que receberam atenção e cuidados humanos na fase inicial de desenvolvimento da planta, ocasionando transformação da paisagem local com resquício/ evidência de ocupação humana deste local. (Scoles, 2011, p.272).

As valas arqueológicas, por sua vez, apresentam características distintas dos vestígios mencionados anteriormente, já que ainda há poucas informações detalhadas sobre elas. Contudo, é possível identificar um aspecto marcante: seu formato afunilado, ou seja, mais largo no contato com lago ou rio, e mais estreito na medida que conecta-se com a área de terra firme. Acredita-se que essas estruturas foram construídas para conectar as áreas de moradia aos rios e lagos, funcionando como vias de acesso utilizadas pelas populações antigas como pequenos portos, facilitando a chegada aos cursos d'água tanto no período de cheia quanto no de seca. Principalmente, considerando que em área de vazantes foram acessos extremamente íngremes. Seu traçado regular sugere uma construção intencional, sem indícios de terem sido formadas por processos naturais, de acordo com as pesquisas iniciais de Ellis; Ribeiro; Carvalho & Fisher (2023).

Atualmente, esses vestígios ainda são pouco conhecidos pela população parintinense, mesmo que toda a área urbana e rural esteja assentada sobre um grande sítio arqueológico. Nesse cenário, a educação patrimonial surge como uma ferramenta essencial para divulgar a ampla variedade de informações relacionadas à longa trajetória histórica dos povos indígenas, através da ressignificação e compreensão do legado que esses povos deixaram nesse ambiente.

A Educação Patrimonial desempenha um papel importante, para localizar e compreender melhor os bens arqueológicos deixados pelos povos originários, mobilizando para conservação e preservação do patrimônio arqueológico, que possibilitam novos aprendizados e compreensão da nossa própria história.

### **3. A AULA DE CAMPO: HISTÓRIA INDÍGENA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

A aula-campo constitui um recurso didático fundamental para formação crítica dos estudantes, sobretudo quando está vinculada a História indígena e educação patrimonial. Possibilitar que essa educação seja trabalhada a partir da experiência de identificação e observação de sítios arqueológicos locais, torna o aprendizado mais dinâmico para o estudante. Trata-se de ir além dos espaços tradicionais da educação, trabalhando em espaços não formais, rompendo com as lógicas conteudistas da sala de aula.

No que afirmam Moreira e Oliveira (2002), a educação não formal se desenvolve nos espaços fora de ambiente escolar, como museus, nos meios de comunicação ou instituições que promovam eventos de diversas naturezas. Nesse sentido a aula-campo desenvolve-se em um espaço não formal, oportunizando aos estudantes o contato direto com elementos que integram o patrimônio arqueológico.

Com isso, as aulas-campo realizadas no Sítio arqueológico Macurany, localizado na zona rural do município de Parintins -AM, constitui uma etapa fundamental do processo formativo desenvolvido no âmbito do Projeto “*Na Trilha do Patrimônio Arqueológico: Educação Patrimonial nas Escolas*”, vinculado a Universidade do Estado do Amazonas. Ao observar a participação dos estudantes no campo em um contexto local, por meio da interação com o ambiente, levando em consideração as aulas teóricas desenvolvidas em sala de aula, torna-se possível desconstruir algumas narrativas colonialistas que moldaram a história dos povos indígenas e da região amazônica ao longo do tempo. Podemos citar como exemplo, o mito do “vazio demográfico” que foi propagado por muito tempo na História da região.

As evidências significativas da presença e transformação da paisagem pelos grupos humanos antigos, perceptíveis no Sítio arqueológico Macurany, podem ressignificar essas narrativas. Os estudantes tem a possibilidade de identificar neste local as cerâmicas arqueológicas - encontradas fragmentada na superfície do solo; as modificações presentes nas paisagens, como presença de várias árvores de castanheiras e valas arqueológicas construídas para dar acesso ao Lago Parananema, ao longo da fixação dessa população indígena, na porção de terra firme. A grande extensão de TPA, tanto na borda do lago, como em profundidade. Indícios esses, fundamentais para comprovar a presença indígena, de longa duração, associada aos

seus modos de vida no local.

A aula-campo no sítio arqueológico Macurany é constituída por etapas. Na primeira, ao chegarem no ponto de encontro, os estudantes recebem algumas recomendações em relação ao desenvolvimento da atividade, logo é possível observar os primeiros elementos arqueológicos que constituem o sítio, o conjunto de Castanheiras. Em seguida, inicia-se a caminhada adentrando o bosque de Castanheiras. Durante o percurso, é possível vislumbrar de perto o tamanho real desse vestígio antrópico. (Figura 1)

**Figura 1:** Estudantes adentrando o Bosque das Castanheiras



Fonte: Bianchezzi, 2025

Ao observarem a paisagem, os estudantes conseguem entender que o aglomerado de castanheiras presente no sítio não é algo aleatório, trata-se de uma formação resultada de ações humanas, que manejavam essas espécies vegetais para utilidade alimentar. Avançando pela trilha, chegando perto da margem do lago, lugar habitado por moradores locais, os estudantes já começam a se deparar com extensa área de Terra Preta Antropogênica (figura 2), cuja a coloração escura é

rapidamente identificável, que já haviam sido instruídos, previamente, em sala de aula sobre o significado arqueológico desse tipo de solo.

**Figura 2:** Presença de terra preta de índio no sítio arqueológico Macurany



Fonte: Bianchezzi, 2025

Sobre e enterrada na terra preta é perceptível a presença de inúmeros fragmentos de cerâmica arqueológica (figura 3), indicador de que o lugar foi densamente ocupado no passado por antigas populações humanas. Por se tratar de um sítio arqueológico habitado por famílias ribeirinhas na atualidade, alguns restos de construção moderna como telhas e tijolos, podem ser confundidos aos olhos dos estudantes. Contudo, isso se apresenta como oportunidade para, com o auxílio da coordenadora e dos acadêmicos que integram o projeto, demonstrar aos estudantes aspectos básicos para diferenciar cerâmica arqueológica de outros materiais como cacos de tijolo, telhas e rochas.

Os estudantes tiveram a oportunidade de observar de perto os vestígios de cerâmica arqueológica, identificando aspectos de decoração, argilas distintas, cores,

formatos, percebendo, em *locus*, como os povos indígenas que habitaram aquele lugar no passado utilizavam o barro para produzir suas louças, possivelmente para preparar, armazenar, servir suas refeições.

**Figura 3:** fragmento cerâmico na superfície do solo



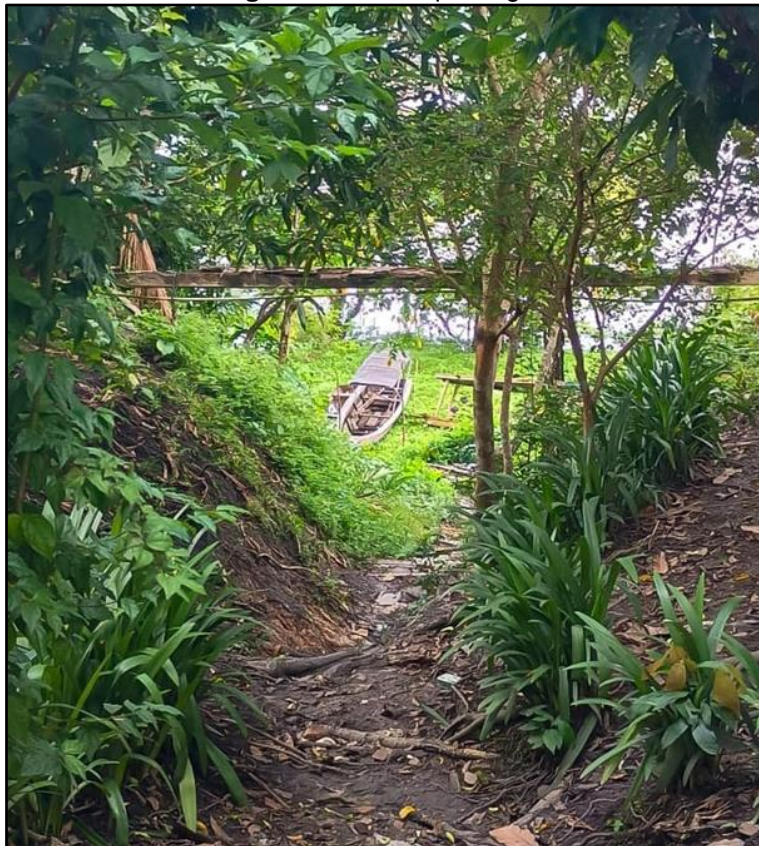
Fonte: Bianchezzi, 2025

As valas arqueológicas (figura 4), possivelmente, Porto de acesso do Lago Paranema construídas nas margens deste, são um vestígio ou marca de transformação muito visível no solo daquele lugar. Se caracterizam por remoção expressiva de solo, formando caminhos em forma de valas tipo V, utilizado pelas populações indígenas, no acesso ao lago, principalmente, no tempo da vazante das águas no Lago.

A presença visível dessas estruturas na paisagem, demonstra aos estudantes que os povos que habitavam a região, modificaram e criaram condições no terreno para facilitar o deslocamento a outros lugares através do lago, mesmo em condições climáticas adversas. Se observa que para tal movimentação de solo requer muito trabalho braçal e esforço humano, nos ajudando a destacar a necessidade de muitas pessoas trabalharem por um certo tempo determinado, sob uma liderança para

construir esses acessos escavados ao Lago Paranema.

**Figura 4:** Vala arqueológica



Fonte: Bianhezzi, 2025

Durante a atividade, os estudantes fizeram registros fotográficos, anotações e questionamentos acerca dos vestígios observados, relacionando com os diálogos que havíamos estabelecidos em sala de aula, dias antes. Para concluir as atividades e como forma de retorno que estamos realizando um trabalho efetivo, os estudantes são incentivados a produzirem um relato individual relativo a sua experiência na aula-campo no sítio arqueológico.

Para exemplificar, utilizo os relatos produzidos pelos estudantes do 7º ano da Escola Estadual Senador Álvaro Maia, que na maioria dos textos é apontado que a aula-campo foi um momento bastante entusiasmante, e conseguiram observar de perto os vestígios percorridos em sala de aula, a estudante Kailla Ribeiro descreve:

Eu gostei bastante, está no Macurany, eu aprendi muito lá e gostei das explicações, de que as cerâmicas não tem o mesmo barulho ou som, tem umas

que são ocas e iguais vidro, umas tem desenho, outras são bem leves, finas ou até pesadas, as valas em forma de V, e a terra preta...

A fala da estudante revela que a experiência da aula-campo foi fundamental para entender que os alunos que participaram da atividade no sítio arqueológico, não estão apenas absorvendo as informações, mas sim interpretando-as com suas próprias experiências vivenciadas no sítio. Assim, a partir desse pequeno relato, podemos entender que aula-campo promove engajamento dos estudantes e desperta curiosidade em relação ao patrimônio cultural da localidade ligado a história indígena de longa duração.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa evidencia a importância do Sítio Arqueológico Macurany como um espaço de aprendizagem relevante para o ensino de História Indígena e a promoção da Educação Patrimonial no município de Parintins. Ao desenvolver um manual de orientação voltado para professores e estudantes, buscou-se fortalecer a educação patrimonial como prática que aproxima o conteúdo escolar da vivência concreta do aluno, pois além de permitir que os estudantes conheçam de perto o patrimônio arqueológico - através do contato real com os vestígios arqueológicos - ela também contribui para sua compreensão sobre a formação histórica da Amazônia e o protagonismo dos povos indígenas na construção cultural desse território.

Ao propor sua utilização como recurso didático, busca-se não apenas suprir a carência de materiais que valorizem a História Indígena e o patrimônio arqueológico, mas também estimular práticas didáticas que reconheçam a presença, a diversidade e a resistência dos povos ancestrais da Amazônia. Dessa forma, o manual se apresenta como um instrumento que visa contribuir para a preservação da memória coletiva, para o fortalecimento da identidade cultural e promoção de uma aprendizagem histórica mais crítica, contextualizada e significativa.

## **REFERÊNCIAS**

BRAGA, Vanessa Santos. **A cerâmica arqueológica (e contemporânea) no ensino de história: moldando memórias e pertencimentos.** Trabalho de Conclusão de Curso (História). Parintins: Universidade do Estado do Amazonas – UEA - Centro de

Estudos Superiores de Parintins - CESP, 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso: 13 de nov. de 2025.

BRASIL/FUNAI. **Marco temporal impacta na demarcação de terras e na implementação da política indigenista.** Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco-temporal-impacta-na-demarcacao-de-terras-e-na-implementacao-da-politica-indigenista>. Acesso em 13 de nov. de 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. — Recurso eletrônico. — Brasília : CNV, 2014. — (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1. Tomo II)

CARSALADE, Flávio. Bem. In: Rezende, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

ELLIS. M.Grace; RIBEIRO. Anna T. Browne; CARVALHO, Michel e FISHER. Christopher T. **A Port by Any Other Name: A Preliminary Spatial Analysis of Ancient Infrastructural Landscapes and Settlement Organization at Macurany, Brazil.** Cambridge University Press. 2023. P. 0-21.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Des(lo)car) aulas de história e mirar o patrimônio da cidade. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S.; OLIVEIRA, Ruben Ryan Gomes de (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural: memórias, gestão e sustentabilidade.** Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2019. p. 231-247.

MOREIRA, Joelma Lima; Oliveira, Jussara de Fátima Alves Campos. **A Educação em ambientes não escolares: um relato de experiência.** Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 31, 23 de agosto de 2022.

PESSOA, Iago César Oliveira. **O Ensino de História no sítio arqueológico Macurany Parintins-AM.** Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade do Estado do Amazonas. 2024.

SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008.** Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SCOLES, Ricardo. **Do rio Madeira ao rio Trombetas**: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. Editora Novos Cadernos NEAE, V. 14, P.265-282. 2011.

SHOCK, Myrtle Pearl. PY-DANIEL, Anne Rapp. **Descobrimos Arqueologia**. Belém: MPEG, 2017.

**APÊNDICE A**

**MANUAL AULA-CAMPO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MACURANY**

# **Manual Aula-Campo no Sítio Arqueológico Macurany**



# **Ficha Técnica**

## **Organização**

Miguel Gabriel Maciel Ferreira e Clarice Bianchezzi

## **Colaboração**

Ana Clara Paulain Smith

Carlos Victor Souza Gomes

## **Projeto**

Projeto de Extensão “Na Trilha do Patrimônio Arqueológico: Educação Patrimonial nas escolas” – PADEX  
CULTURA

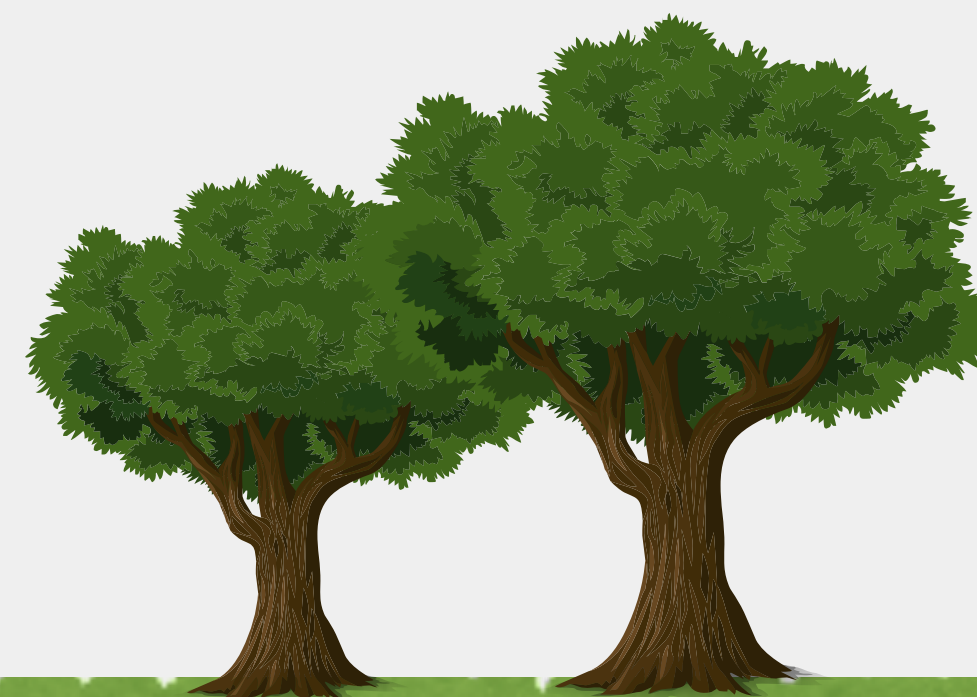
# Índice

1.O que é um sítio arqueológico?.....	4
2.Sítio arqueológico Macurany.....	5
3.O que são vestígios arqueológicos?.....	6
4.Castanheiras.....	9
5.Terra Preta de Índio-TPI.....	11
6.Valas Arqueológicas.....	13
7.Cerâmica Arqueológica.....	15
8. Referências.....	18

# O que é um sítio arqueológico?

Sítio Arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica. Tudo que contém nesses locais estão sob a guarda e proteção do Governo Federal através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

**(Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019 – IPHAN)**



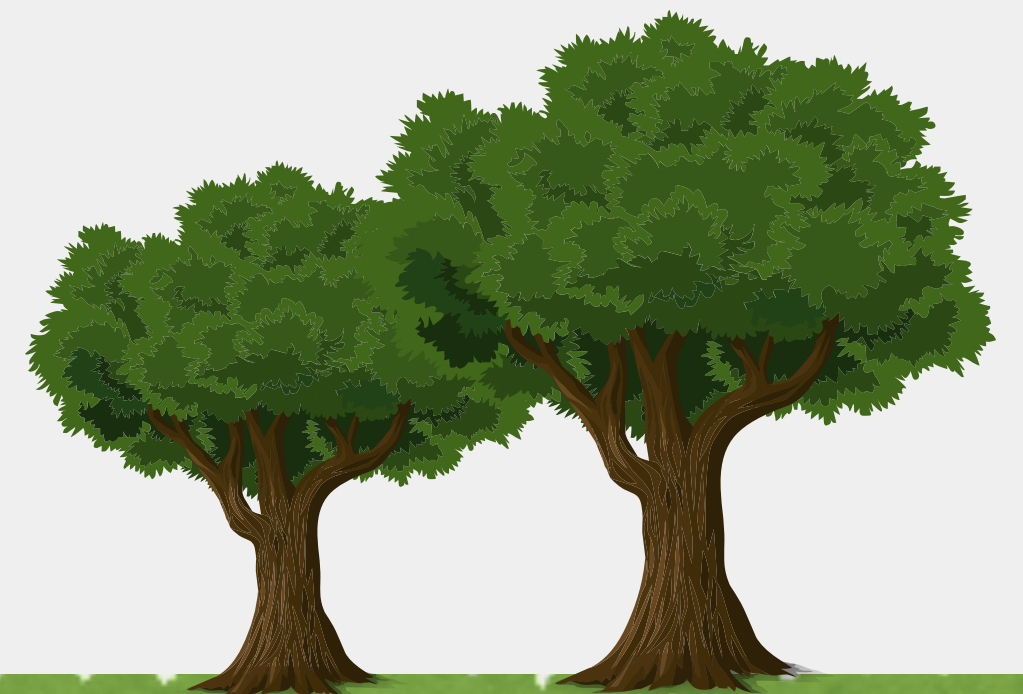
# Sítio arqueológico Macurany

O sítio arqueológico Macurany está localizado na cidade de Parintins-AM, na comunidade rural Macurany que fica localizada, aproximadamente, 8 km da área central do município, podendo ser acessada através de estrada ou por via fluvial pelo lago Parananema. Essa região é definida pelo Plano Diretor de Parintins como Unidade de Conservação das Comunidades Aninga-Parananema-Macurany, prevendo como Área de Proteção Ambiental sob a denominação de APA do Entorno (Plano Diretor de Parintins, 2006), nesta região, encontra-se o sítio arqueológico do Macurany (BIANCHEZZI, 2022).



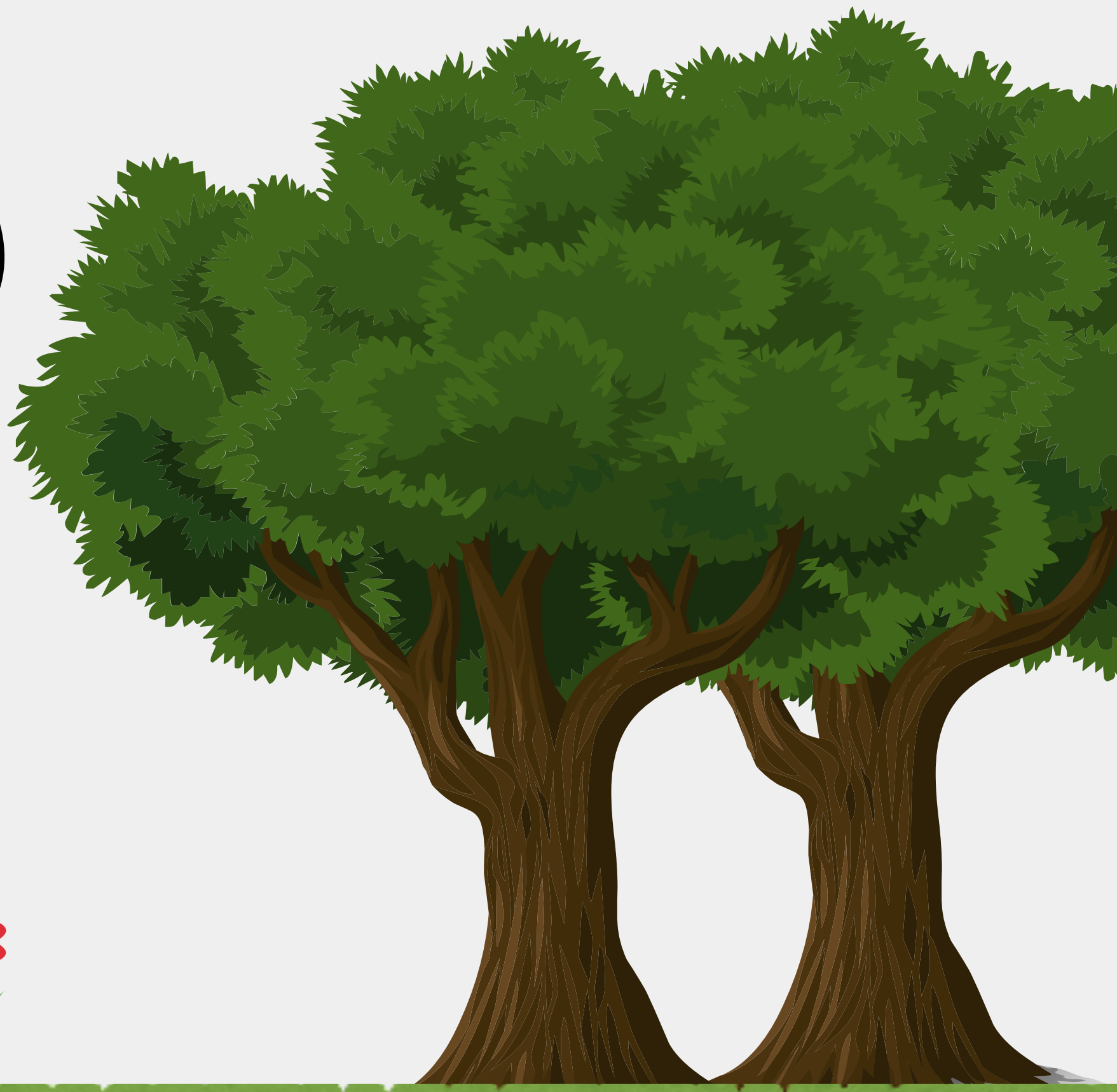
# O que são vestígios arqueológicos?

Vestígios são evidências/marcas/descartes/lixos oriundos de atividades humanas em algum espaço ocupado por pequenos ou longos períodos de tempo pelas populações humanas – nos locais que hoje chamamos de sítios arqueológicos. Exemplos: Cerâmicas arqueológicas (pratos, panelas, vasilhames). Florestas de castanheiras, de palmeiras, árvores frutíferas. Remoção de solo (montículos, valas, estradas, caminhos, etc.)





**Olá, Pessoal!**  
**Eu sou a professora Clarice!**  
**Serei a professora nesta aula-campo pelo sítio arqueológico Macurany. Onde uma jornada de muito conhecimento nos espera! Preparados?**





**Sítio Arquelógico  
Macurany**

O sítio Macurany assim como outros sítios arqueológicos, serve como uma janela para o passado, revelando histórias e culturas de povos que habitaram a região há milhares de anos.

# Castanheiras

Podemos observar este conjunto de árvores de castanheiras, elas são um dos vestígios arqueológicos na Amazônia. Trata-se de espécies tropicais de grande porte e fruto lenhoso. Para se propagarem precisam da ajuda humana, para abrir o ouriço que mantém as sementes que se desenvolvem dentro destes pequenos “cofres” naturais. São marcas e evidências da presença humana e da relação de transformação das paisagens Amazônicas.





As castanheiras possuem um papel de extrema importância para a subsistência do ser humano nas antigas ocupações. A formação dos bosques de castanheiras advém da chamada ação antropogênica, ou seja, a atuação das pessoas sobre a natureza.

# Terra Preta de Índio



Podemos observar aqui a existência de Terra Preta Antropogênica (TPA), também conhecida pela população local, como Terra Preta de Índio (TPI), esse tipo de solo se caracteriza pela cor escura.

Sua formação é resultado de ação antrópica (resultante de ação humana), ocasionada, principalmente, pelo acúmulo de resíduos orgânicos e uso do fogo controlado pelos povos originários que viveram neste local por volta do ano 1000 d.C.





Há grandes áreas de Terra Preta de Índio – TPI variadas em tamanho e profundidade na Amazônia e em Parintins. Esses solos se formaram nos locais onde os povos indígenas moraram por muito tempo, como a sede de aldeias que continham várias moradias e construções de uso coletivo, onde ocorriam o descarte de materiais orgânicos como: folhas, ossos de animais e peixes, sementes, dejetos humanos, carvão de fogueiras domésticas, etc.

# Valas Arqueológicas

Outro vestígio da presença e atuação humana de longa duração que pode ser observado neste local, localiza-se as margens do Lago Paranema, trata-se de Valas Arqueológicas.





As valas arqueológicas são exemplos de estruturas de terra removida pela ação humana. Podem ter sido usados/criados por povos Indígenas como portos de acesso a rios e lagos. São estruturas afuniladas e íngremes, escavadas na margem de lagos ou rios dando acesso à água e ao espaço de desembarque e atracação dos barcos.

# Cerâmica Arqueológica

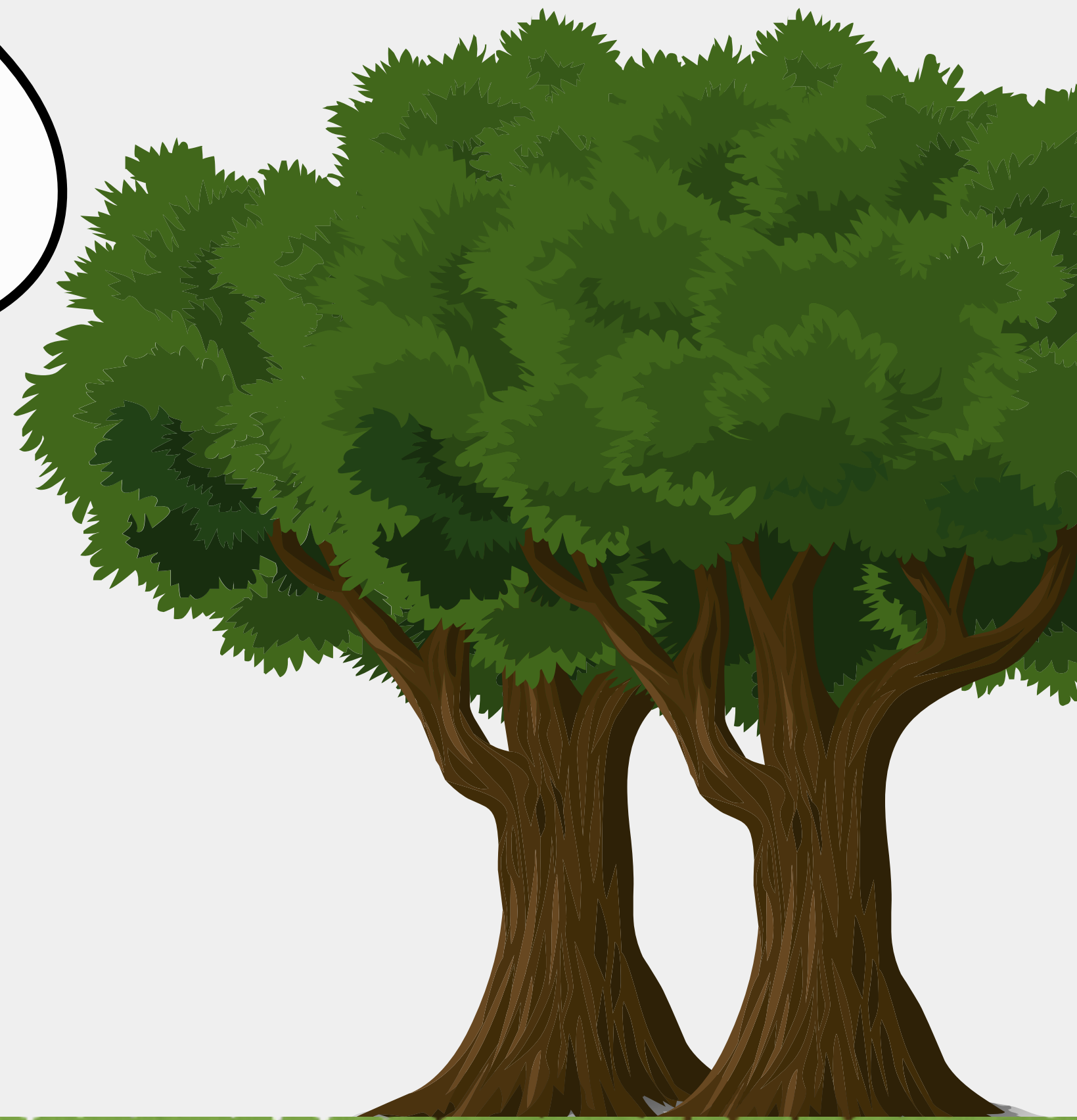
Aqui temos a cerâmica arqueológica, aparece sobre o solo, devido ação da chuva que retira a terra e deixa os pedaços de cerâmica expostos. Podem ser confundidos com pedaços de tijolos/telhas produzidos na atualidade. A cerâmica arqueológica apresenta desenhos e formatos distintos, muitas vezes com pintura e rostinhos de humanos, animais, anfíbios e aves.





As cerâmicas arqueológicas tem melhores condições de preservação no ambiente tropical da Amazônia. Mesmo sendo pedaços de vasilhames quebrados, podem contribuir para se obter inúmeras informações: como eram feitos, suas formas, volume, decoração, como foram fabricadas, decoradas e “queimadas” (processo de cocção em alta temperatura para que obtenham dureza e resistência). Também podem nos informar se foram usadas para cozinhar, armazenar, servir alimentos.

**Gostaram da aula de hoje? Então fica o desafio para todos e todas de preservar estes e outros sítios arqueológicos em Parintins, espaços que herdamos dos povos indígenas (que não sabemos seus grupos étnicos) que moraram neste território há muitos anos antes da gente. Valorizar, conhecer ajuda a fortalecer nossa memória, história e identidade amazônica!**



# Referências

BIANCHEZZI, Clarice. **Entre cacos e flores: apropriações, usos e significados dos vestígios arqueológicos pelos moradores do sítio Macurany, Parintins, Amazonas.** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

BIANCHEZZI, Clarice; SANTOS, Adriano Márcio dos; BASSI, Filippo Stampanoni; LIMA, Helena Pinto; MACHADO, Michel Carvalho; CRUZ, Alef Fernandes; BATISTA FILHO, Arnoud de Oliveira; PAIVA, Maurício de. **Fragmentos: arqueologia, memórias e histórias de Parintins.** 1. ed. Parintins, AM: Eskenazi Gráfica, 2021

PESSOA, Iago César Oliveira. **O Ensino de História no sítio arqueológico Macurany Parintins-AM.** Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade do Estado do Amazonas. 2024.